

Fátima Vieira

Citação: Fátima Vieira, "Entrevista a Paulo Ferreira da Cunha", *E-topia: Revista Electrónica de Estudos sobre a Utopia*, n.º 5 (2006). ISSN 1645-958X.

<<http://www.letras.up.pt/upi/utopiasportuguesas/revista/index.htm>>

Professor Catedrático de Direito na Faculdade de Direito da Universidade do Porto, Paulo Ferreira da Cunha assume também as funções de Director do Instituto Jurídico-Interdisciplinar (de que é fundador) dessa Faculdade. É aliás através desse Instituto que Paulo Ferreira da Cunha tem vindo a colaborar com os membros do Projecto de Investigação que edita a *E-topia*. Recentemente, os laços entre o Instituto Jurídico-Interdisciplinar e o Instituto de Literatura Comparada Margarida Losa foram reforçados com a criação, no Instituto sediado na Faculdade de Direito, de uma linha de investigação intitulada "Direito e Utopia".

O *curriculum vitae* de Paulo Ferreira da Cunha impressiona, pela sua extensão e qualidade. Director dos Cadernos Electrónicos *Antígona* (www.antigona.web.pt), Co-Director dos *Cadernos Interdisciplinares Luso-Brasileiros* (São Paulo), Investigador do Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, bem como do Centro de Estudos do Pensamento Português da Universidade Católica Portuguesa, Membro da Secção de Direito da Academia Skepsis, de Semiótica e Direito (São Paulo), Fundador do Centro de Estudos Medievais – Oriente-Occidente (Univ. São Paulo), Membro da *Académie Européenne de Théorie du Droit* (Bruxelas) e de várias outras Instituições e Sociedades Científicas internacionais, Paulo Ferreira da Cunha é autor de uma vasta bibliografia, de que se destacam mais de 200 artigos em revistas especializadas e em obras colectivas, nacionais e internacionais, e cerca de 60 livros. Trata-se sem dúvida de um caso espantoso de produtividade académica, sobretudo tendo em conta a juventude deste Professor Catedrático de Direito (n. 1959). Quem o conhece compreende contudo como é esta situação possível: para além do discurso fluente e cativante e da curiosidade (e qualidade) intelectual de que as suas publicações são o melhor testemunho, Paulo Ferreira da Cunha é animado pela esperança utópica (de que falava Bloch e de que o próprio Professor fala também nesta entrevista) de que as suas intervenções possam contribuir para uma mudança efectiva das mentalidades. As crónicas que tem vindo a assinar às quintas-feiras para o jornal *O Primeiro de Janeiro* (consultáveis on-line em <http://www.oprimeirodejaneiro.pt>) são sem dúvida pontuadas pela atitude de desassossego e inquietação face à ideologia petrificada, característica que Paul Ricoeur fez associar ao pensamento utópico.

Tanto no seu percurso académico como nos livros que assinou, a vertente utópica tem estado presente de forma bem explícita, como é o caso da dissertação de doutoramento em Direito que apresentou à Universidade de Coimbra e do livro *Lusofílias* que recentemente publicou. Nesta entrevista, (feita, como sempre na *E-topia*, via correio electrónico), Paulo Ferreira da Cunha explica os caminhos que tem trilhado e comenta aqueles que gostaria de nos ver a todos percorrer.

É um homem de muitas facetas: professor universitário, ensaísta, jurista, cronista, poeta: qual destas facetas o faz aproximar-se mais da utopia?

Depende, antes de mais, da concepção de utopia. Há muitos anos que, na senda de vários autores, mas com uma vontade clarificadora pessoal, costumo distinguir utopia (mito da cidade ideal, que pode ter uma concretização literária ou política) de utopismo (sinónimo de princípio esperança, como dizia Bloch). Assim, embora seja pouco ortodoxo dizê-lo, o princípio esperança ou utopismo impregna todas as minhas actividades, ou nelas está presente como pano de fundo. Já a utopia é mais própria de alguns géneros de actividade e de literatura do que outros... Pessoalmente, acho que a utopia como cidade ideal geométrica pode ser interessante catalizador ou polarizador de imaginação social e política, mas a ser usada com a maior das precauções, para que a eutopia benfazeja se não torne em pérfida distopia. Há um título de um livro de um escritor moçambicano que retrata muito bem o que podem ser os utopistas de uma utopia sem raízes, sem noção do real: o livro chama-se "Fabricantes de Infernos".

A sua dissertação de Doutoramento, defendida na Universidade de Coimbra em 1995, intitula-se *Constituição, Direito e Utopia: Do Jurídico-Constitucional nas Utopias Políticas*. Que tese se propôs defender nesse estudo?

Basicamente pretendi averiguar se as Constituições são um género literário próximo da utopia. E se as utopias, em geral, são “romances” da Constituição. Creio tê-lo comprovado e demonstrado. Há consequências práticas, de hermenêutica constitucional e de análise histórica do Constitucionalismo, que da tese me parecem resultar (embora nela estejam ainda apenas em esboço ou em potência). Por exemplo: de tal maneira é importante a forma literária nas Constituições, que mesmo regimes autoritários, como em Portugal o Estado Novo, fazem constituições com um estilo próprio do do cânone literário da “Constituição ideal”. Por exemplo, com Parlamentos. O regime de Salazar é incoerente quando estabelece um Parlamento, mas fá-lo. Creio que aí há a atracção do paradigma “literário” constitucional, entre outros factores, é claro.

Seja como for, o caminho para à tese chegar foi longo, contextual, histórico, comparatístico, etc. Ela foi precedida de uma tese de Mestrado sobre a Perspectiva Conceitual e Histórica da relação entre Mito e Constitucionalismo em Geral, defendida em Coimbra, e por uma tese de Doutoramento em Paris II especificamente sobre as relações mítico-constitucionais entre Portugal e a França e a História filosófica do constitucionalismo português no seu período a meu ver mais interessante e mais genuíno: de 1777 a 1826. A tese de Mestrado acabaria por integrar o vol. I da minha “Teoria da Constituição”, e continuei a história constitucional portuguesa num livro que está para sair do prelo, a que chamei “Raízes da República”. Este vasto plano, perseguido por muitos anos, está a frutificar. A visão da Constituição como mito e símbolo (que estão na base da utopia) já foram objecto de teses, por exemplo no Brasil.

Assina às quintas-feiras para o jornal *O Primeiro de Janeiro* uma crónica que traduz o seu empenhamento no tocante a questões políticas, culturais e educativas. Considera possível (e desejável) a adopção de uma atitude utópica em matéria política? Será que na sociedade em que vivemos, onde as nossas elites são cada vez “menos cultas” – como afirma numa das suas crónicas – existe ainda um lugar para uma “visão utópica”?

Entendendo a “utopia”, na sua pergunta, como suplemento de alma, e princípio esperança – claro – ainda acho que sim. Quanto mais o cinzentismo possa imperar, mais urgente é reivindicar uma outra forma de fazer política. O lugar à inteligência e à cultura na política é um vasto caminho que pode e deve ser percorrido. Pode ser mesmo uma forma revolucionária, no melhor sentido da palavra. Quanto mais a política se aproximar do seu grau zero, mais se deverá elevar a fasquia e ter um discurso e uma prática num registo diverso.

Em Portugal temos a ideia de que a política é muito baixa, mas é porque não vemos o que se passa noutros países. Não é um alibi para resignação, mas temos de ser objectivos. Uma reforma política em Portugal, apesar de tudo, não parte do abaixo de zero... Ainda há gente generosa na política. Ainda há gente competente. É preciso que os “bons” se façam ouvir, e deixem de ser “bonzinhos”...

No Instituto Jurídico Interdisciplinar da Faculdade de Direito do Porto, de que é Director, existe uma linha de investigação intitulada “Direito e Utopia”. Quais são as suas expectativas em relação ao desenvolvimento dessa linha? E no que respeita ao projecto do próprio instituto?

Expectativas? Todas. Nós temos uma visão não directiva na concepção do Instituto. Ele é mais uma rede de projectos que uma entidade comandada por essa figura sinistra que é o *cappo di scuola*. No Instituto não há *cappo di scuola*. Cada linha de investigação é mesmo o que os seus membros quiserem que seja. E estou certo do êxito dessa, que conta com a colaboração de membros do Instituto de Literatura Comparada Margarida Losa. Uma iniciativa em que a linha participará será precisamente o IV colóquio Internacional do IJI, sobre Direito e Literatura, em 7 de Dezembro próximo. Em colaboração com a linha Direito e Literatura, propriamente dita.

No seu livro *Lusofilias*, publicado pela Editora Caixotim (2005), são constantes as referências à utopia. Fala, especificamente, de uma “agenda europeia utopista” que faz com que os portugueses esqueçam o “mundo lusófono” (p. 18). Pode desenvolver esta ideia?

Não tenho aqui o livro comigo. Devo confessar certamente um lapso. Se escrevi aí “utopista” deveria ter escrito “utópica”, e mais ainda “distópica”. A Europa é uma magnífica eutopia (utopia benfazeja, positiva)

mas há eurocratas que querem uma Babel distópica. Alguns dos efeitos da utopia negativa da Europa são a plastificação das relações internacionais. E o desprezo de outros laços. Ora a lusofonia é mito, mito no sentido positivo. E tudo menos utopia babélica, distopia.

Além da simples proximidade geográfica com a Europa, os Portugueses têm uma proximidade histórica e de espírito também noutras direcções. Há corredores da alma....

Nesse mesmo livro, fala com pesar dos “jovens portugueses, triturados por anos e anos de reformas educativas desenraizadoras e infantilizantes, [que] chegam à Universidade na sua esmagadora maioria sem uma ideia da História de Portugal, da sua Cultura, da sua Literatura” (p. 27). Sendo a História, a Cultura e a Literatura de Portugal claramente perpassadas por um vector utópico de carácter messiânico, teme que o sentido de se “ser português” esteja a ser posto em causa?

“Ser português” não é algo de unívoco. Há várias formas de ser português. Veja o que se passou com a “Filosofia Portuguesa”. Quando se compreendeu que é toda a filosofia em língua e pensamento português, passou a ser aceite por todos os quadrantes – e hoje temos já dela uma belíssima História, dirigida por Pedro Calafate, editada pela Caminho, com uma colaboração muito pluralista.

Há muitos elementos, diversificados, no ser português. Utópicos e terra-a-terra, messiânicos ou não. Vejamos os espanhóis: eles também são quer Quijote quer Sancho. Mas, seja como for, uma coisa é certa: sem o conhecimento da Cultura, da Literatura, da História, não se conhecerá Portugal, e seremos um departamento periférico de uma utopia negativa, sem carácter, sem alma.

Ressalta do seu livro a ideia de que o Brasil é o nosso “país-irmão” e que o facto de falarmos a mesma língua leva a que partilhemos a “mesma estrutura mental”, pelo que, ao contrário do que se pensa, Portugal “nunca terá estado realmente só, orgulhosamente ou não” (p. 69). Acredita que o futuro português, cultural e ideológico, passará sempre por uma relação próxima do Brasil?

Sem qualquer dúvida. Além de um passado comum, o Brasil é (num certo sentido) um leque dos futuros possíveis de Portugal. Contém em si bons e maus futuros nossos. E é possível e desejável um futuro de cooperação maior.

Já no passado dele nos vieram belíssimas inspirações. Nem falo na Carta Constitucional, que tem o *record* de vigência entre nós, e veio do Brasil, foi escrita por D. Pedro por cima da Constituição do Brasil. Apenas mais um exemplo, não muito distante. O que consolidou culturalmente, socialmente, o 25 de Abril, foi a telenovela “Gabriela”, por exemplo.

Mas é preciso, de lá e de cá, repensar as formas clássicas e anquilosadas de relação. É preciso imaginação.

De qualquer forma, a crise da relação com o Brasil é só política. Porque os voos estão sempre cheios. Os particulares se têm encarregado da cooperação. Claro que não chega...

Mais adiante, no livro, defende o sistema da Universidade Britânica, que se baseia num “extremo elitismo na admissão”, e refere com admiração os “hábitos de urbanidade, trabalho e investigação, curiosidade intelectual e formação” que o sistema universitário britânico proporciona aos seus alunos (p. 102). Na sua perspectiva, a Declaração de Bolonha, que recentemente obrigou à reformatação dos cursos universitários portugueses, poderá elevar os nossos alunos a um patamar de excelência comparável ao britânico?

Não conheço, infelizmente, o sistema universitário britânico ao ponto de o encarar como uma eutopia. Invoquei-o como bom exemplo a propósito da selectividade, como noutra lugar o invoquei também a propósito do ensino de certas matérias práticas, que, no Reino Unido, não são ensinadas nas Universidades, mas deixadas para os estágios e para a vida. Para surpresa de muitos, que crêem que o espírito prático dos súbditos de S. M. os levaria a fazer universidades meramente politécnicas.

Quanto à prospectiva, não tenho mesmo bola de cristal. A Declaração de Bolonha foi excelente no seu espírito original, no seu texto, sem mais. O problema são os burocratas que querem usá-la para ter mais poder, e os governos para poupar dinheiro.

Temo muito pela qualidade universitária com Bolonha. Mas não tenhamos dúvidas: a qualidade depende, mesmo com esquemas enquadradores adversos, dos professores. Se os professores fizessem um pacto contra o facilitismo, nenhuma perversão do espírito da vera Bolonha poria em causa a qualidade. O problema é serem capazes de resistir aos ataques dos colegas que se venham a revelar laxistas, e ao canto de sereia (ou à litania) da falta de dinheiro. Uma Universidade economicamente dependente, pedinte

mesmo, fica psicologicamente debilitada para exercer a sua função de selecção. E assim a qualidade perde-se.

Em vários países se enraíza a ideia de que ensino pago dá direito ao diploma. Isso é também fruto da mentalidade anarco-capitalista que hoje impera.

Refere ainda que “[a] ideia de “comunidade europeia” comove uns (é uma utopia realizada) mas pode enfurecer outros” (p. 128). Qual é a sua posição?

Eu sou europeísta. Por volta dos 18 anos fundei a que terá sido a primeira associação de jovens europeístas em Portugal. O problema é Portugal ser capaz, na Europa, da mesma grandeza e inventiva que mostrou outrora nos Mares. A Europa é um destino português simétrico do seu destino lusófono. Mas não são incompatíveis, antes perfeitamente complementares. Infelizmente, poucos compreendem essa articulação, que é, afinal, signo do universalismo português.

A sua admiração pelo pensamento de Agostinho da Silva é clara em *Lusofílias*, mas também em outros textos seus. Na sua opinião, em que sentido foi (é?) Agostinho da Silva importante para Portugal?

Agostinho não pode ser visto como um *Santo* Agostinho. É um caso de profetismo nacional em muitos aspectos, mas não é uma Torah. Há um enorme panteão de intelectuais portugueses que devem, com Agostinho, ser venerados, e sobretudo lidos e pensados. Agora, evidentemente que na questão lusófona, Agostinho, pelo seu conhecimento dessa matéria, e conhecimento lido e vivido, é uma espécie de irmão de Gilberto Freyre para o Brasil. Um e outro têm e tiveram, e continuarão decerto a ter, os seus aproveitamentos políticos, *pro domo*. Mas o seu legado transcende as capelinhas.

Um dos nossos grandes problemas é que vemos tudo por etiquetas e de acordo com grupos. Precisávamos de mais cidadania, de mais liberdade individual, de ser mais gatos, como era Agostinho. Um verdadeiro “português à solta”.